

Western Clay Peixoto

É nosso propósito verificar a crise de sentido instalada na vida pessoal e grupal pelo encontro cultural do mundo globalizado, as oportunidades que essa nova forma de re-ordenamento social produz, pontuar a manipulação dos símbolos populares como forma moderna de exploração dos povos periféricos em benefício das culturas de países controladores do poder, exemplificar formas de resistência e a re-simbolização que produzem visando a convivência humana.

1. Os símbolos na vida dos povos

Os símbolos expressam o “conteúdo psíquico”¹ construtor da vida de um povo, e moldam individualmente cada pessoa que o compõe. Eles são o princípio integrador da pessoa no grupo: dimensionam-lhe o fazer, pensar, comunicar-se, existir. De tal modo se enraízam na experiência concreta que, sem eles, indivíduo e povo sofrem de anomia, conseqüentemente, de diminuição da potência criadora que lhes é própria, e morrem. Os astecas, frente aos invasores, diziam: “Deixem-nos, pois, morrer, deixem-nos perecer, pois nossos deuses já estão mortos”². Os símbolos integram a alma e o desejo de realização de um povo.

Os símbolos dão identidade ao grupo. A comunicação interna e externa dele e com ele é facilitada através desta metalinguagem³. Por eles é possível compreendê-lo, vivenciá-lo, conservá-lo ou destruí-lo. Mais que representação, são suporte natural da realidade, a encarnação do ser grupal, e não podem ser transportados desse habitat sem afetar-lhes a potência geratriz de sentido, nem ser inseridos em outros contextos sem constranger o receptor. Eles expressam o instintivo, o erótico motivador do *élan* vital coletivo. Isso não significa que não possam ser intercambiados, pois no fundo é o humano universal que expressam em concepções particularizadas. A troca simbólica pode, por isso, gerar novas relações humanizantes quando realizadas com alteridade e subjetividade.

1. JUNG, C.G., apud, RONECKER, Jean Paul. *O Simbolismo animal*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 79.

2. LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América Latina vista pelos índios; relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 18.

3. Os símbolos incorporam palavras, gestos, sentimentos, instituições, tabus, sacralizações. Não se instalam por ato pessoal isolado, mas por evento significativo coletivo. Fazem parte do senso comum do indivíduo e do grupo. É a força unificadora do corpo social e sua forma maior de expressão.

Por serem radicais vitais particulares de um povo, os símbolos se opõem a outras formas de vivências que se lhes confrontem; todas as culturas são etnocêntricas. O encontro com outras formas particulares provoca a supervalorização ou inferiorização dos particulares, e os grupos capitulam ou resistem. Na história, todo conflito social real tem um confronto simbólico subjacente. As formas e regimes econômicos ou políticos não se firmaram, nem se sobrepujaram uns sobre os outros sem esforço contínuo de re-simbolização. As culturas sobreviventes a esses conflitos não o conseguiram sem a valorização de seus símbolos particulares. Os impérios se instalaram por violenta substituição simbólica, com armas ou coerção comunicativa. O confronto entre mundos de significado demonstra então: 1) Todo encontro simbólico pode gerar re-simbolização com enriquecimento cultural de ambos os lados, ou a guetização, e neste caso vem a repressão e a resistência; 2) Os processos de re-simbolização violentos degradam os elementos significativos de uma das partes, extinguindo-os totalmente, ou exercendo controle tal que gera resistência disfarçada em submissão – p. ex. a dos negros frente aos brancos – e até auto-aniquilamento (os suicídios entre os Kayowas/Caiuás brasileiros são tal forma de guerra surda). Se o grupo dominado sobrevive, seu mundo simbólico é conservado latente até momento propício, quando volta à tona, porém não mais com a integridade original; 3) Os sistemas simbólicos particulares possuem elementos universais que funcionam como elos de ligação com outros pelos quais se pode construir novo universo simbólico de sentido mais elevado.

Construções religiosas, políticas, econômicas e sociais complexas implicam em trocas simbólicas extensas. As construções simples, como as vivências familiares regionalizadas, conservam um mundo de sentido menos conflitivo mas não unívoco. Os contatos históricos provocam reações de umas contra as outras, oscilantes entre a demonização, a aculturação e a convivência ecumênica. O movimento holístico científico, religioso e social da atualidade (p. ex. grupos naturistas usando símbolos de procedências e significados diversos na consecução de seus propósitos), como também os grupos ecumênicos, pregam a conservação da diversidade com alteridade, e estão entre as mais promissoras tentativas de recriar a comunhão humana no nosso mundo globalizado.

2. Formas de troca simbólica na sociedade globalizada

Os povos estão inseridos na sociedade globalizada, provocadora de transformação rápida e intensa nos seus modos de vida. Mundos desconhecidos com valores e contravalores se intrometem nas culturas particulares, criando instabilidade e descontentamento em indivíduos e povos. Estes se vêem diante do dilema: integrar-se/entregar-se. Talvez conviver, criar novas formas? Fala-se da impossibilidade de conservar culturas particulares no mundo regido pela homogeneização, e se vê a afirmação radical de particularidades raciais, culturais, sociais e religiosas nos conflitos armados atuais. O processo de integração atual é construído, às vezes, por violência, para afirmar o poder/ideologia de países econômica e militarmente fortes sobre os demais

povos. Essa integração é adjetivada, hoje, como modernismo, liberalidade, progresso, e sua palavra mágica é “interdependência”. Mas a expansão da população, o povoamento intenso da terra, o aumento da comunicação entre países e pessoas e a constante migração das populações em busca de sobrevivência fazem multiplicar os contatos culturais e as trocas simbólicas.

Uma reação a este múltiplo contato é a demonização do outro na base do “eu sou eu, o resto é resto”. Esse fundamentalismo, afirmação radical de valores particulares sobre os demais, é o etnocentrismo levado à exclusividade⁴. O outro é mistificado em poder ameaçador, dia-bólico⁵. Tal atitude impede a descoberta de valores para além dos particulares e motiva a agressão. O diálogo é impossibilitado, e as guerras intensificadas. Os messianismos atuais têm muito desse fundamentalismo. O sim-bólico particular torna-se a única maneira de realização humana possível, e a guerra aos demais mundos, um dever missionário.

Outra reação procura a integração, a mistura: “Eu estou em tudo”. Os valores externos são assumidos conjuntamente com os internos. Busca-se a potenciação da existência pela acumulação de elementos simbólicos. Movimentos atuais como os da Nova Era vão nesta direção e o sincretismo torna-se inevitável. A identidade é diluída a perder de vista com inúmeras formas de construção de sentido emergentes; o que se ganha em mobilidade é perdido no sincretismo. Essa potenciação gera elementos desintegradores quando sacraliza vivências individualizadas e discrepantes para a rotina grupal. Tais movimentos são o rosto da sociedade atual, massificada e individualista. A mistura de cosmovisões discrepantes é cavalgar duas ou mais montarias ao mesmo tempo, ou ocupar dois espaços com um só corpo; ela atomiza e dificulta a vivência comunitária. Se há proximidades e semelhanças, cada mundo possui sua individualidade sem a qual não sobrevive, e essa não é totalmente intercambiável.

Alguns movimentos buscam relacionamentos subjetivos intergrupais; asseguram identidades particulares e buscam elementos universais. Estes convivem e transformam-se por avaliação crítica e criativa de valores e contravalores das partes dialogantes. Os elos principais que os unem são: o humano que se procura resgatar na integridade e diversidade de suas manifestações e o ecológico que se procura resgatar pela sobrevivência de todos os seres do mundo. Não procuram eliminar os conflitos nem as individualidades; buscam a compreensão que possibilite conviver na diversidade. A troca simbólica então passa a ser um imperativo.

As trocas simbólicas são intensificadas também por outros motivos. O avanço do conhecimento científico pôs em questão formas tradicionais de vida desvelando

4. ORO, Ivo Pedro. *O outro é o demônio; uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996, para a situação do conceito do fundamentalismo.

5. MAY, Rollo. *Eros e repressão; amor e vontade*. Petrópolis: Vozes, 1969, p. 136s, discute o diabólico reconhecendo que este, por causar crise enquanto instinto de morte, erótico, ameaça todos os sistemas, principalmente o da moral puritana ocidental. Seu aporte ajuda a situar parte das guerras travadas contra os sistemas simbólicos não ocidentais em nome da “moral e da pureza da sociedade ocidental”.

intuições, forças e relações até então intocáveis. Os símbolos foram desmistificados. O tabu passou a ser visto como repressão e o que se ligava aos deuses, como expressão de desejos inconscientes. Conseguiu-se a libertação do humano frente às forças metafísicas. A razão e a palavra passaram a governar o corpo, subjugando o coração e os sentimentos. Emoções e intuições, reduzidas a palavras e objetos, perderam seus encantos. A inocência nua, corpórea, que produzia a atração, foi racionalizada e reprimida. A nudez do paraíso místico – e a do deserto místico –, enclausurada pela razão, foi substituída por simulacros representativos de corpos e afetos sob a forma de mercadorias postas à disposição dos indivíduos, que procuram, a sós, construir seus mundos de sentido “exclusivos”, fetichistas.

O indivíduo se libertou das instituições representativas da vida, p. ex. a família, e ganhou em liberdade o que foi comprometido da comunhão. O encontro dos diferentes que fazia o casal primordial esvaziou-se, e ele tornou-se andrógino estéril, autofágico. As reações a esta sociedade racionalizada e individualista não tardaram. Grupos primitivistas revivem hoje fórmulas mágicas há muito esquecidas, re-tribalizam cidades e campos em comunidades ecléticas naturistas. Muito desta re-tribalização se dá com práticas mistificadoras das forças e fenômenos naturais ou sociais. A desumanização da sociedade resultou em nova sacralização, na tentativa de re-simbolizar o ambiente e torná-lo vivenciável e menos hostil.

A produção massiva de bens torna o indivíduo capaz de montar seu próprio mundo privativo, personalizado. Cresce o lucro das indústrias de bens simbólicos. Os símbolos, despojados da força produtora de união inter-humana, fazem a vida ter sentido livre dos relacionamentos inter-vivos, mas pela relação de objetos que a materializam. Novos magos, xamãs, gurus, sacerdotes, produzem esses objetos, dizendo-se capazes de impingir neles poderes aos quais a pessoa tem acesso mediante pequena “contribuição”. Os símbolos não reúnem mais as pessoas umas às outras, mas reúnem as pessoas aos objetos.

Neste contexto a luta dos grupos oprimidos para conservar seus símbolos e livrá-los do esvaziamento tem de ser titânica. Setores representativos deles tentam, por todas as formas, cultivar a identidade e as tradições coletivas, reinstalar seus símbolos, transmutando-os até em expressões dominadoras, ou trasladando-os para fontes materiais produtoras da vida. O esforço às vezes não consegue evitar a infantilização dos símbolos⁶. O excesso de concretização isola-os dos seus sistemas vitais e, ao torná-los objeto de participação imediata, fragmenta-lhes o sentido. Não resulta daí força motivadora capaz de mobilizar e reconstruir o grupo. Fica a claro, no entanto, que o encontro entre sistemas simbólicos não permite mais a manutenção intacta de mundos particulares. Sem troca de valores a vida grupal é inviabilizada dentro da sociedade global.

6. ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Cosmos, 1977, p. 168.

Outra face dessa resistência é a transformação de pessoas em símbolos por marcarem elas libertações históricas significativas. A reverência aos mártires exemplifica isso. O mártir incorpora a utopia grupal⁷, configura o sentimento coletivo em ações decisivas, atrai e organiza o grupo para enfrentar a situação na qual está negada a razão do ser coletivo.

Há, na sociedade globalizada, um processo inevitável de transformação nas representações simbólicas dos grupos e povos, processo conflitante e ambivalente, anunciador de vida e morte para os mundos particulares. A ameaça da morte tem gerado ações de exclusão, acumulação, inclusão ou convivência transformadora.

3. Conflitos simbólicos e expressões de resistência na Bíblia

Assinalaremos como exemplos situações históricas do povo bíblico em que a re-simbolização foi a tentativas de dominação interna e externa. Chamamos re-simbolização ao processo de recuperação e re-interpretação do conjunto de elementos simbólicos tradicionais para construir novo sentido para a vida. Concentrar-nos-emos nos tempos da apocalíptica, quando a resistência usou maior quantidade de símbolos.

O povo bíblico origina-se do conflito entre o mundo significativo das cidades monárquicas e o dos campos, cada qual com seu sistema simbólico. A sociedade camponesa da qual ele emerge possui variantes de compreensão da vida – p. ex. a dos grupos sedentários agricultores e a dos nômades pastores. A Páscoa posterior de Israel representa a fusão de ambos esses mundos. Ela unifica o simbolismo do carneiro sacrificado (nômade-pastoril) com os pães ázimos (agrícola e sedentário) para representar a nova sociedade javista. Ela passa a simbolizar a reação dos clãs camponeses solidários contra a sociedade classista das cidades centradas em reis, templos, cidades, sacerdotes e impostos. Na teologia exodal ela é o marco da luta contra toda dominação. O que antes era esforço mágico para espanto do “destruidor” – o sangue colocado nas estacas das tendas e portas das casas – torna-se marca de vitória sobre o poderio egípcio; os ázimos, mostra da colheita dedicada aos deuses cidadãos, tornam-se a marca da solidariedade camponesa na conquista da terra.

A monarquia faz reviver o modo de vida da cidade e desperta a oposição dos camponeses. A pessoa do rei, impostos, templo, a mediação dos sacerdotes no culto configuram novas relações sociais e religiosas. O rei é o “ungido de Yahweh”; os impostos são a prova de fidelidade ao estado javista; o culto sacerdotal do templo é o ato assegurador da presença de Yahweh no meio do povo. Para os camponeses a monarquia usurpa o lugar de Yahweh ao instalar o rei como mediador entre Yahweh e o povo e, conseqüentemente, quebra a sociedade livre e solidária. Não é sem luta que a monarquia se impõe, mesmo sem conseguir destruir por completo o sistema de vida clânico que irá, daí por diante, ser requisitado para sustentar a crítica e a luta

7. DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária; liberta o pobre!* Petrópolis: Vozes, 1984, p. 47s.

contra o sistema monárquico. Se a monarquia prospera, consegue-o por promover a re-simbolização do ideário popular; com nova teologia, símbolos, ritos, gestos, objetos, pessoal e idéias que lhe asseguram lugar na alma do povo. As transformações que a teologia monárquica sofrerá só comprovam o quanto foi efetiva a re-simbolização e a resistência dos camponeses representada principalmente nos profetas.

A partir da queda de Samaria em 721 aC, o contato com outras culturas é multiplicado. Novos conflitos instalam-se na mentalidade de exilados e remanescentes. Como manter a identidade diante das forças culturais e militares vencedoras da Assíria, da Babilônia, dos medo-persas? Os dominadores impõem aos dominados sua mundivisão com a força das armas e a perpetuam por disseminação cultural. Eles a tornam atraente coercitiva. Versos exílicos judaicos como “cantar a canção de Yahweh em terra estranha” (Sl 137,1-4) revelam o sentimento de perda dos judaítas; e mais: “onde está o teu Deus?” (Sl 42-43) – é o tom provocador e humilhante dirigido aos dominados, dizendo-lhes: “Vosso mundo nada é diante do nosso, vosso Deus foi vencido pelo nosso”. Há, nesses versos, afirmação de sistemas simbólicos sem a qual não se firma a resistência nem se assegura a dominação, pois a força que humilha o dominado e descredencia o seu universo simbólico é que aguça o ardor da resistência deste. As saídas encontradas pelos judaítas para a reconstrução da vida são:

1) Volta às tradições (Lei, Sacerdócio, sistema de pureza racial e cúlrica) e re-elaboração de festas, calendários, rituais e idéias, re-simbolizando o ambiente de exilados e remanescentes. Nem tudo é recuperado e possível. Rei, estado, sociedade igualitária não são permitidos ou viáveis. Novas versões da monarquia aparecem em forma de messianismo futuro: p. ex., o rei criança (Is 9,1-6).

2) Outra face da resistência volta as atenções para a vivência de normas e costumes clânicos, com ênfase na terra, descendência, acolhida ao estrangeiro e ao pobre, resgatando a composição do Israel exodal, misto de pessoas diferentes reunidas em torno de Yahweh e suas exigências éticas (Rt e o Trito-Isaías). Mas essa forma de sociedade não se materializa como dantes; ela é redimensionada dentro dos impérios para agrupar os judaítas dispersos e assegurar-lhes a sobrevivência como povo distinto frente aos demais.

A helenização causa maior aviltamento da consciência de si dos judaítas. Ela procura substituir completamente o modo de ser judaico via a ideologia – helenismo significava progresso, modernidade – e a força militar. Este novo mundo cativa uma porção dos judaítas das classes cidadinas que, atraídas pelo lucro que a modernidade traz, incorporam-se à dominação. Na linguagem tradicional do *hassid* macabaico: “Apressaram-se a ir ter com o rei, o qual lhes deu autorização para observar as práticas das nações, conforme os usos delas. Construíram, pois, um ginásio em Jerusalém, refizeram o seu prepúcio (aqui está a re-simbolização), renegaram a aliança para se associarem aos pagãos e venderam-se para fazer o mal” (1Mc 1,13-15), tal atitude é traição. Os helenizados assumem os novos símbolos e se desfazem dos seus próprios, não simplesmente para adaptação à nova realidade, mas porque o *modus vivendi* neles

representado significa elevação de sentido da vida. A resistência hassídica, em movimento pendular, radicaliza e busca saída nos símbolos tradicionais: obediência estrita à Lei, culto, ritos e defesa da existência física pessoal e familiar. Este grupo atrai o sentimento popular que propicia a vitória sobre os helenizantes. A profanação do templo, como a purificação seguida da vitória sobre o Epífanes, está saturada de elementos simbólicos representativos helênicos e judaicos. A estátua de Zeus instalada no templo profana o símbolo maior do judaísmo e é respondida com sua deposição e queima – rejeição do símbolo helenista. Tais atitudes são amostras do processo de re-simbolização sem o qual não se constrói nenhum projeto de vida.

O tempo da helenização forçada é o de maior difusão da apocalíptica. A guerra declarada pelos anti-helenistas a partir da agressão imperial aos símbolos judaicos substitui as ações verbais e políticas. O livro de Daniel, do começo da reação verbal e política, retrata o confronto simbólico. Nele, jovens judaítas negam-se a “contaminar-se” – termo que contém o reconhecimento do modo de ser judaico como elemento salvífico e caricaturiza a helenização como ameaça mortífera – com a comida e a bebida palaciana. Bebida e comida do rei *versus* beber água e comer legumes, mudança de nomes são representação da mutação/afirmação cultural em execução, conseqüentemente, de desprezo/apego à vida judaica com adoção/rejeição da religião estatal e aliança/ruptura com a exploração que ela justifica. O autor do livro jamais chama os jovens judaítas por nomes helenizados, nem os coloca em suas bocas; são os dominadores que os usam e impõem. Com isso ele acusa a violência da dominação e a resistência dos dominados.

Em Daniel os judaítas, mesmo certos *hassidim*, colaboram com o estado helênico como funcionários, ainda que vistos sobre a ótica de “possuírem maior sabedoria” – ironia dirigida aos demais funcionários e ao estado. A mesma ironia é repetida quando o rei recorre a Daniel para interpretar seus sonhos, revelar-lhe seus acontecimentos. Os “magos, encantadores, feiticeiros e caldeus” (Dn 2,2) não decifram esses segredos do coração; são declarados incompetentes junto com os seus deuses. O Deus de Daniel é colocado como o que revela os sentimentos profundos e a história, por isso merece credibilidade. Ao sobrevalorizar a vida judaica o autor desenvolve um processo educativo de re-simbolização. Moral da história: é preciso minar a dominação nas suas bases ideológicas com valores vitalizantes do judaísmo, ainda que esteja confinado a práticas individuais, até que se possa afirmá-lo livremente. Aos olhos do estado helênico tais atitudes são subversivas, pois bloqueiam a colaboração. Para que a dominação vingue será preciso suprimir, pacificamente ou pela força, a simbologia sustentadora das ações hassídicas. Daí a agressão ao templo e ao culto judaico. Neste ponto se insere a resistência armada macabaica.

A satirização do rei e do estado prossegue na visão da “mão que escreve na parede” (Dn 5,1-8). A resistência fala com ironia do julgamento do tirano quando este reconhece a interpretação correta da visão contra si próprio. Enquanto aliados imperiais tramam contra os “piedosos” (Dn 6,1-29), o “Deus de Daniel” “entristece” o tirano obrigando-o a sentimentos piedosos (“jejum”, reconhecimento de Yahweh

como salvador) e de alegria, contrários às suas atitudes perante a situação. A sátira anuncia a morte precoce do tirano, que se move da atitude violenta de perseguição para a conversão interesseira à causa dos dominados e, finalmente, sua derrocada total.

Em Dn 7 – eco amplificado de Dn 2 – são opostos os “animais monstruosos” aos “santos do Altíssimo”. Os primeiros controlam o poder e o espaço físico, mas não a história e a vida; produzem a morte por breve tempo. Os segundos perpetuam-se no tempo, propagam a vida, realizam a justiça apegados aos símbolos judaicos – o etnocentrismo é a forma básica de resistência em tempos críticos. Aqui aparece importante chave de interpretação da apocalíptica antiga; não se pretende, nela, fazer imperar a perspectiva de vida dos *hassidim* sobre os helenistas, mas conservar o espaço de sobrevivência do genuíno judaísmo frente ao estado helênico. Luta-se, sim, para destruir a alienação da outra forma de vida e afirmar os valores que ela também possui. O movimento macabaico posterior o prova. Restaurada a identidade judaica, as transformações produzidas pelo helenismo na vida do povo continuam. Os encontros históricos de relacionamento intercultural nunca conservam intacta uma cultura apenas, como também não erradicam totalmente a identidade de um povo.

A apocalíptica está ciente da importância da tradição para o enfrentamento consciente da crise do contato social e sabe que esse contato implica em transformação e até abandono de símbolos periféricos. Mas culto, Deus, língua, festas e sacrifícios são inegociáveis. É possível suportar a política dominadora na esperança de que ela se oriente para práticas mais justas e ecumênicas. Contudo não se vende a alma do povo sem desestruturar seu mundo. A re-simbolização se faz necessária então para a recuperação do repouso, quando a consciência abre-se ao universal e torna-se capaz de apreendê-lo. A tentativa de negociação com o tirano envereda por este caminho esbarrando com a violência. E o martírio se torna a única reação possível. Superada a tirania, há a definição de novos rumos sobre os símbolos re-interpretados. Após a construção do livro de Daniel o judaísmo incorporará, contra o radicalismo hassídico, valores helênicos que o influenciarão por séculos. A Sabedoria posterior prova isso.

O Apocalipse de João põe frente a frente os mundos cristão e romano. Ele usa as figuras satíricas monstruosas dos apocalipses judaicos e símbolos fundamentais como o Cordeiro sacrificado, as Mulheres – a Grávida e a Prostituta –, o Dragão caótico, o Paraíso, dentre outros que, mais figuras de linguagem e imaginação literária, reproduzem a cosmovisão judaica re-interpretada pela visão cristã. São-lhes colocados, por isso, limites e reordenações. Da Jerusalém celeste é excluído o templo. O acesso à árvore da vida é universalizado, aberto a todos os fiéis reunidos de povos diferentes pela proposta agápica do Cristo. As tradições do êxodo, da sociedade igualitária e do Sião são reconstruídas em perspectiva jesuânica; a reunião do povo do Cordeiro dá-se em torno da tenda de Deus na cidade de portas sempre abertas – um moderno acampamento em oásis fraternal.

O Apocalipse não transige com o culto imperial, nem abdica do senhorio de Cristo e da ética que lhe corresponde. Essa distância entre ambos os mundos de

significado é insuperável. Um produz a derrocada do outro. Ambos têm projetos históricos inconciliáveis da realização humana.

O Dragão/Besta/Falso Profeta, figuração do império, é, para os cristãos, a materialização do caos primordial reinstalado no mundo, atuante e gerador de morte (Ap 17-18). São divindades capazes de realizar desejos, paixões, milagres. Por outro lado, o conjunto Mulher/Criança/Testemunhas/Mártires incorpora outra cosmicidade associada à vida.

Com esses exemplos verificamos: 1) Símbolos sustentam projetos particulares de vida e sociedade conflitivos quando postos face a face com outros. Podem ser usados para dominar e matar, criar convívio e edificar. 2) Todas as culturas cultivam elementos libertadores e alienantes. 3) A resistência responsável e criativa se dá pela ampliação da visão da vida para além das fronteiras particulares. 4) O humano está presente em todos os sistemas simbólicos e é pedra de toque para toda construção social libertária. 5) Nenhuma libertação construtora de vida se faz sem a re-simbolização do ambiente social que passa pelo reconhecimento de valores humanizantes em todos os sistemas. 6) Cada grupo só sobrevive se parte significativa de seu mundo simbólico for conservada. Assim toda construção social abrangente se concretiza por simbolismo que seja adequado aos, e representativo dos, grupos que a compuserem.

4. Re-simbolização, resistência e humanidade

A historização de qualquer projeto de vida é sempre conflitiva, pois não realiza totalmente os desejos profundos de todos os grupos humanos, nem produz repouso perene. Ela se situa entre Deus e o Demônio na luta eterna da vida frente à morte. Os símbolos são a linguagem na qual esta luta é visualizada. A morte ou a vida do humano nos grupos é o que possibilita associá-la ao bem ou ao mal e torna a troca simbólica construtiva ou destrutiva. Em torno do humano se travam as batalhas simbólicas; ele é o *locus* da união, o *sym-bolos* principal entre outros termos, a “imagem e a semelhança de Deus” para quem tudo deve convergir. O que o inferioriza diante desta condição é *diá-bolos*, travestido de poder político, ideológico ou social. No Apocalipse, o império explora a terra e os humanos, instrumentaliza deuses a favor de seu lucro; é *diá-bolos* para os cristãos. O Cordeiro, doando-se como alimento, atrai a si Deus, humanos, ecossistemas que, como corpos, se tocam eroticamente e se restauram.

Surpreende ainda, no Apocalipse, que a “árvore do conhecimento do bem e do mal” não aparece no novo paraíso. O que fazia do homem um Deus, independente, particular, é incorporado à Árvore da vida onde todos se encontram com Deus; comem, bebem, curam-se em meio à festa. Quando a humanidade é restabelecida na sua diversidade, instaura-se o paraíso⁸ e se condena o diabólico à morte. Deus acontece, residindo “entre” os humanos, humanamente em favor deles, como laço que atrai e

8. HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e a sociedade ocidental; Lúcifer e a Besta*. São Paulo: Paulus, 1991, p. 115.

une. Afí se vê o universo da resistência cristã dentro do processo antigo de globalização chamado Império Romano.

Chegamos então ao ponto fulcral presente em toda forma de resistência, ao “essencial, invisível aos olhos”, a humanidade no homem, possível de ser vivida diversamente, comunicada no sistema simbólico de cada grupo. A partir dela pode-se travar o diálogo construtor da sociedade nova em face da sociedade globalizada. Diante dessa grandeza é possível afirmar ou desautorizar uma representação. Como as particularidades culturais são tentativas de concretizar esse sonho, nem sincretismo, nem dominação, nem homogeneização são atos de resistência para o estado de desintegração humana do mundo global. Assegurar os valores das particularidades dialogantes no esforço de alcançar e viver o comum universal pode produzir humanização. Isto é alteridade e libertação. A resistência é, portanto, esforço de conservação da diversidade e diálogo para resgatar o humano presente em toda expressão cultural. O humano possibilita a percepção das alienações oriundas em todos os povos e suas representações simbólicas, e conduz à construção da sociedade ecumênica global, diversa nas expressões, una no objetivo.

Bibliografia consultada

- DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Cosmos, 1977.
- HESCHEL, Abraham Yeshua. *Deus em busca do homem*. São Paulo: Paulinas, 1975.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e a sociedade ocidental; Lúcifer e a Besta*. São Paulo: Paulus, 1975.
- LÉON-PORTILLA, Miguel. *A conquista da América Latina vista pelos índios; relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ORO, Ivo Pedro. *O outro é o demônio; uma análise do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996.
- RONECKER, Jean-Paul. *O simbolismo animal*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

Pastor Western Clay Peixoto
Rua Cruz e Souza, 114 – São Benedito
36061-210 Juiz de Fora, MG



9. SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 1982, p. 74.